

**ATA NÚMERO 70/XII/1ª SL**

**11.julho.2012 – 11h00**

Aos 11 dias do mês de julho de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Comunicações do Presidente**

**3. Audiência no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 69/XII/1ª – Lei do Cinema-11h00**

- Associação de Produtores Independentes de Televisão-APIT
- Associação Portuguesa de Argumentistas e Dramaturgos-APAD
- Associação Portuguesa de Produtores de Animação-APPA
- Associação Portuguesa de Produtores de Cinema-APC
- Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais- ARCA

**4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para que se discuta na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a Apreciação Parlamentar n.º 26/XII/1ª, sobre o Decreto-Lei n.º 139/XII/1ª**

- **Apreciação e votação**

**5. Outros assuntos**

**6. Data da próxima reunião**

**Dia 17.julho.2012 - 15h00**

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**2. Comunicações do Presidente**

**2.1. Apreciação parlamentar 23/XII, PCP - Decreto-Lei n.º 132/2012,**

O Presidente informou que baixou à Comissão a Apreciação parlamentar 23/XII, PCP - Decreto-Lei n.º 132/2012, “Estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados”, questionando o autor se pretende a sua apreciação no Plenário ou na Comissão. O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que pretendem a apreciação no Plenário, pelo que vai ser transmitida a informação correspondente.

**2.2. Calendário de apreciação de Propostas de Lei**

**2.2.1. Proposta de Lei n.º 70/XII, Estatuto do Aluno**

O Presidente da Comissão lembrou que podem ser apresentadas propostas de alteração até ao final do dia 12, sendo distribuído o quadro comparativo no dia 13 e estando agendada a discussão e votação na especialidade para os dias 17 e 18, de manhã e de tarde.

### **2.2.2. Proposta de Lei n.º 69/XII, Fomento do cinema**

O Presidente da Comissão lembrou que podem ser apresentadas propostas de alteração até ao final do dia 12, sendo distribuído o quadro comparativo no dia 16 e estando agendada a discussão e votação na especialidade para o dia 19.

Tendo a deputada Inês de Medeiros (PS) solicitado que o prazo de apresentação de propostas de alteração seja prorrogado até 13 de julho, foi consensualizado aceitar esse pedido, mantendo-se a distribuição do mapa comparativo no dia 16. Foram ainda agendadas reuniões para o dia 19, às 10h e às 14h30, para discussão e votação na especialidade desta Proposta de Lei.

- 2.3.** O Presidente informou que os deputados do Grupo de Trabalho do Desporto iriam fazer uma visita de trabalho a um Centro de Alto Rendimento em Montemor-o-Velho, no dia 13 de julho (6ª feira), a partir das 16h30, aberta a todos os que quisessem estar presentes.

#### **Programa:**

**16h30** – Receção na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

**17h00** – Visita ao Centro Náutico:

- Equipamentos e edifícios

- Provas - European Canoe Sprint Juniors and Under 23

**18h00** – Visita a outros equipamentos do CAR (Piscina/Pavilhão/Pista Atletismo)

**18h30** – Visita às Residências dos Atletas (Triatlo/Canoagem/Natação)

### **3. Audiência no âmbito da discussão da Proposta de Lei n.º 69/XII/1ª – Lei do Cinema-11h00**

Estiveram presentes os seguintes representantes das associações de produtores: Susana Gato (Associação de Produtores Independentes de Televisão-APIT); Artur Ribeiro (Associação Portuguesa de Argumentistas e Dramaturgos-APAD); Humberto Santana (Associação Portuguesa de Produtores de Animação-APPA); Tino Navarro (Associação Portuguesa de Produtores de Cinema-APC) e António Pedro Vasconcelos (Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais- ARCA).

A representante da Associação de Produtores Independentes de Televisão (APIT), Susana Gato, agradeceu a concessão da audiência, que visa a apresentação de propostas concretas de alteração à Proposta de Lei n.º 69/XII, no sentido do seu aperfeiçoamento. Considerou que o texto final da Proposta de Lei (PPL) é, na generalidade, pior do que o apresentado na proposta inicial, por não prever nenhum sistema de apoio ao Cinema e Audiovisual.

Referiu-se ainda à necessidade de harmonizar conceitos, nomeadamente no que se refere às definições jurídicas, para que a Lei do Cinema e do Audiovisual contenha as mesmas noções da Lei da Televisão. Concretizando, referiu-se à definição de “obra criativa” e de “obra de Produção Independente”, considerando, esta última um retrocesso jurídico, por incluir a possibilidade de os direitos poderem ser proporcionais à participação de cada um no orçamento de produção, bem como a adoção, por acordo, das decisões relativas à produção.

Assim, a APIT reclama que esta definição se mantenha como proposta inicialmente e tal como consta da Lei da Televisão atualmente em vigor.

O representante da Associação Portuguesa de Produtores de Cinema-APC, Tino Navarro, considerou o texto da PPL muito confuso e apresentou as suas preocupações em relação ao modelo de financiamento, discordando da fórmula encontrada para as obrigações dos canais de televisão e operadores de telecomunicações, que são os principais beneficiários.

Propõe, assim, que as empresas que comercializam diretamente conteúdos, como os distribuidores e exibidores cinematográficos e os operadores de televisão, devem ter uma obrigação de financiarem diretamente os produtores independentes de cinema e audiovisual.

O representante da Associação Portuguesa de Produtores de Animação (APPA), Humberto Santana, chamou a atenção para o facto de a PLL permitir que empresas que concorrem ao financiamento possam aplicar as verbas em produções estrangeiras, sem a participação de qualquer ator português, entendendo inadmissível que financiamento público português seja canalizado para produções internacionais.

O representante da Associação de Realizadores de Cinema e Audiovisuais (ARCA), António Pedro Vasconcelos, lembrou que existe uma lei que está em vigor, pelo que considerou absurdas as referências que têm sido feitas à situação deste setor, que se encontra parado, por se aguardar a aprovação da Lei.

Referiu-se ainda à falta de coerência e clareza da Proposta de Lei, lamentando que as entidades do setor não tenham sido auscultadas, apesar dos vários pedidos de audiência que dirigiram ao Secretário de Estado da Cultura. Chamou ainda a atenção para o facto de a PPL contrariar o Programa do Governo, no que se refere à audição das entidades do setor, à aprovação da Lei em seis meses e ao reconhecimento da importância do aumento da quota do mercado e da aproximação do cinema ao cidadão.

Concluiu, referindo que a PPL configura um ataque aos produtores independentes, concedendo mais financiamento e direitos adicionais aos operadores.

O representante da Associação Portuguesa de Argumentistas e Dramaturgos (APAD), Artur Ribeiro, considerou positiva a referência ao apoio à escrita, pese embora careça de alguma clarificação. Chamou ainda a atenção para a necessidade de maior consistência no apoio dos guiões e de maior destaque à figura do argumentista.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Conceição Pereira (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Michael Seufert (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Ana Drago (BE) que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares.

Por último os representantes das associações de produtores referiram que os autores são titulares de direito de propriedade, pelo que não concordam que a obra seja independente. Referiram depois que a lei devia ser clara nos objetivos e nas obrigações, entendendo que isso não acontece e que não se estabelecem obrigações para o Estado, referindo que o concurso deste ano só terá efeitos em 2014, 2015. Realçaram que o setor é formador, tendo a ver com a língua e tendo influência nos comportamentos.

Mencionaram que a referência à animação que é feita na lei deve ser eliminada. Indicaram que o setor não foi ouvido e salientaram que as telecomunicações são grandes divulgadores da cultura e do cinema. Questionaram ainda a previsão da lei de diminuição das receitas a atribuir ao cinema, no caso de privatização de um canal da RTP.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP**, para que se discuta na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a Apreciação Parlamentar n.º 26/XII/1ª, sobre o Decreto-Lei n.º 139/XII/1ª

O deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento do PCP para que a apreciação da referida Apreciação Parlamentar seja feita na Comissão, justificando o pedido com o facto de estarem encerrados os agendamentos para discussão no Plenário.

Interveio a deputada Conceição Pereira (PSD) que concordou com a discussão na Comissão e pediu para ser dado conhecimento ao Governo, para poder intervir. Interveio de seguida o deputado Michael Seufert (CDS-PP) que se manifestou no mesmo sentido. Os deputados do PS e do BE deram também acordo à apreciação na Comissão. Estava ausente a deputada do PEV.

Entretanto verificou-se que o PS apresentou a Apreciação Parlamentar n.º 28/XII, também ao Decreto-Lei n.º 139/XII/1ª e o deputado Rui Jorge Santos (PS) requereu verbalmente que a sua apreciação seja também feita na Comissão, tendo-se registado o acordo dos deputados dos vários Grupos Parlamentares.

O Presidente da Comissão referiu que vai contactar o Governo para saber se quer estar presente e qual a sua disponibilidade de agenda e em função disso marcará a apreciação das Apreciações Parlamentares para 3.ª ou 4.ª feira da próxima semana.

O deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou ainda que a tramitação subsequente - discussão dos Projetos de Resolução de cessação de vigência do Decreto-Lei ou apreciação das propostas de alteração apresentadas – seja tratada com celeridade, para votação final no Plenário de 25 de julho. O Presidente da Comissão referiu que se aguardam os Projetos de Resolução ou as propostas de alteração, que serão discutidos com celeridade, durante a próxima semana.

**5. Outros assuntos**

A deputada Ana Drago (BE) pediu informação sobre o agendamento da audição do Ministro da Educação e Ciência, na sequência do seu requerimento potestativo e face à indicação do Presidente de disponibilidade do Ministro para vir no dia 24, enfatizou a urgência de que a mesma se reveste, referindo que essa data é muito tardia. O Presidente da Comissão informou que manterá a insistência para a vinda do Ministro na próxima semana.

**6. Data da próxima reunião**

**Dia 17.julho.2012 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de julho 2012

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
João Prata

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia